



Política” é o terceiro número da série que a **Revista USP** publica sobre o Bicentenário da Independência. Política, aqui, tem a ver com democracia, com a qualidade da democracia, com a forma como a democracia no Brasil se estabeleceu e evoluiu a partir dos primeiros esboços anunciados durante a emancipação que já vinha se configurando como resposta, talvez única, a uma crise (não só) política, tanto na colônia quanto em Portugal. Passados 200 anos, depois de inúmeros avanços e outros tantos retrocessos, como está a nossa democracia? E embora a democracia não se esgote tão somente no momento do voto, às vésperas de eleições tão importantes como as de outubro próximo, tal pergunta se torna ainda mais relevante.

Os artigos presentes no dossiê tentam respondê-la de alguma maneira. Como expôs em sua apresentação o professor José Álvaro Moisés, do Instituto de Estudos Avançados da USP e coordenador do número, “aqui são examinados aspectos centrais do processo de institucionalização do sistema político, a partir dos desdobramentos da Independência, com o objetivo de identificar os principais dilemas que afetam a qualidade da democracia brasileira”.

Moisés deita luz sobre o dossiê ao desvelar um caminho argumentativo que se inicia com a análise da centralização do poder (e da origem dessa tradição do Estado brasileiro), do sistema presidencialista (adotado desde a proclamação da República), passando pelas questões da representação política, da fragmentação partidária (que acarreta o sentimento, no eleitor, de não estar sendo representado), da intervenção dos militares no poder (e os eventuais perigos dessa intervenção), pela judicialização da política (ou pela “politização da justiça”), pelo pacto federativo (inclusive no governo Bolsonaro), pelo descaso com o meio ambiente (idem), chegando por fim à corrupção (como também às formas tradicionais de contê-la e puni-la) e ao seu mais nocivo efeito político, a saber, a desconfiança nas instituições representativas e nos valores que elas simbolizam.

Isso de fato parece exigir de nós uma atenção especial. Quando as instituições democráticas deixam de fazer sentido para o cidadão – e não só àquele dito “de bem”, mas a todos nós, indiscriminadamente, como prescreve a Constituição –, corre-se o risco de tomar a democracia – como temos assistido inúmeras vezes ao longo do atual governo – por aquilo que ela não é.

Jurandir Renovato